

ESPAÇO MILITANTE

EM DEFESA DOS POVOS INDÍGENAS

ARACÊ é uma palavra do vocabulário tupi-guarani que significa aurora, o canto dos pássaros ao amanhecer. Como gesto de reconhecimento à utilização desse nome em nossa revista, criamos a coluna “Em Defesa dos Povos Indígenas”, que tem como terceira manifestação o artigo abaixo de Isabel Harari, do Comitê de Comunicação do FVDPI – Fórum sobre Violações de Direitos dos Povos Indígenas.



Violações de Direitos de povos indígenas de recente contato: o caso dos Hupd'äh e dos Yuhupdëh da região do Alto Rio Negro (AM)

Ana Paula Lima; Bruno Marques; Danilo Ramos; Henrique Junio Felipe; Pedro A. Lolli; Rafael Moreira

Nota do Fórum sobre Violações de Direitos dos Povos Indígenas e do Coletivo de Apoio à Causa Hup-Yuhup.



Introdução

Nos últimos anos¹, vem ocorrendo o aumento intenso do fluxo de famílias Hupd'äh e Yuhupdëh, povos de recente contato, com destino ao centro urbano de São Gabriel da Cachoeira (AM)². Após dias viajando pelos rios da região, instalam-se às margens do perímetro urbano em acampamentos sobre pedras das margens do rio para tentar por meses o acesso a benefícios sociais (aposentadoria, bolsa-família e auxílio-maternidade), a expedição de documentos pessoais e o saque de dinheiro para a compra de mercadorias. Essas famílias vêm sofrendo com os problemas decorrentes da forma

1. O fluxo de famílias Hupd'äh e Yuhupdëh para o município de São Gabriel intensificou-se já em 2007 com os cargos de professor e agente de saúde. De lá pra cá, com o acesso a benefícios sociais que começou a se dar de modo mais abrangente para essas populações em 2012, consolidou-se esse padrão anual de incursões de centenas de pessoas dessas etnias para a cidade para expedir documentos e tentar acesso aos benefícios sociais. Os acampamentos à beira rio tornaram-se a forma de permanência das famílias no perímetro urbano.

2. O município de São Gabriel da Cachoeira tem uma população estimada de 42.342 pessoas. A maior parte da população é indígena e pertencente a 23 grupos étnicos distintos: Tukano, Desana, Kubeo, Tuyuka, Pira-Tapuya, Miriti-Tapuya, Arapaso, Carapanã, Bará, Siriano, Makuna, Barasana (família linguística Tukano Oriental); Baniwa, Kuripako, Baré, Werekena, Tariano (família linguística Arawak), Hupd'äh, Yuhupdëh, Dâw, Nadëbb (família linguística Nadahup) e o Yanomami (família linguística Yanomami).

de permanência no município por estarem expostas a condições adversas de alojamento e permanência (precariedade/insalubridade nas instalações) e a alta vulnerabilidade social.

De modo dramático, registra-se o aumento da mortalidade infantil, dos casos de desnutrição grave, de suicídios entre os jovens, do consumo intenso de bebida alcoólica não indígena e da adoção ilegal de crianças indígenas visando em certos casos à escravidão doméstica. A discriminação étnico-racial sofrida durante as estadas na cidade pode ser vista como crítica e causadora da forte omissão das instituições locais no acolhimento e apoio a essas populações. Além disso, os abusos e práticas dolosas de instituições financeiras somam-se às práticas análogas à escravidão por dívida realizada por comerciantes locais por meio de retração de cartões e senhas bancárias, cadernetas de dívidas e incentivo ao consumo abusivo de bebidas alcoólicas.

O presente artigo tem por objetivo analisar de que modo a recente inclusão desses povos indígenas de recente contato como beneficiários de políticas públicas de redistribuição de renda e de assistência social de tendência universalista vem gerando impactos consideráveis quanto ao acesso a direitos sociais, à efetivação de direitos indígenas e mesmo a graves violações de direitos humanos. Partindo de uma caracterização geral dos povos e da situação pela qual vêm passando, procura-se descrever os acampamentos de ocupação urbanos e o processo de denúncia contra agências bancárias e comércio local. São também descritas as ações de apoio realizadas em 2014 e 2015.

1. Os Hupd'äh e os Yuhupdëh como povos de recente contato

Com o intuito de assegurar as condições necessárias à reprodução física e cultural, de acordo com usos, costumes e tradições de populações indígenas e visando a mitigar situações de extrema vulnerabilidade que atingem determinados povos, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) considera como “Povos de Recente Contato” os povos ou grupos indígenas que mantêm relações de contato permanente ou intermitente com segmentos da sociedade nacional e que, independentemente do tempo de contato, apresentam singularidades em sua relação com a sociedade nacional e seletividade (autonomia) na incorporação de bens e serviços. São esses grupos



que mantêm suas formas de organização social e suas dinâmicas coletivas próprias, possuindo grau elevado de autonomia com relação à sociedade nacional e ao Estado.

Os Hupd'äh e os Yuhupd'äh habitam a região do Alto Rio Negro (AM), na fronteira entre o Brasil e a Colômbia. As comunidades Hupd'äh situam-se às margens de igarapés da área interfluvial dos rios Tiquié e Papuri, afluentes da margem esquerda do rio Uaupés. Já as comunidades do povo Yuhupd'äh estão distribuídas ao longo do rio Tiquié nas áreas interfluviais, havendo concentrações nos igarapés Castanha, Ira, Cunurí, Samaúma e no rio Apaporis. Os dados demográficos mais atuais estimam a população Hupd'äh num total de 1.500 indivíduos distribuídos em aproximadamente 35 aldeias, enquanto os Yuhupd'äh seriam compostos por aproximadamente 1.000 indivíduos. Atualmente, há algumas aldeias que agregam de 100 a 200 indivíduos, enquanto outras continuam concentrando de 15 a 50 pessoas, como parece ser o padrão descrito pelos pesquisadores (Reid, 1979). Conforme mostra Athias (1995), o aumento populacional e a maior duração da permanência da morada num local próximo aos grandes rios têm a ver com a agência missionária salesiana que procurou agregar em grandes aldeias, designadas pelo pesquisador com povoados-missão, o maior número de pessoas para a evangelização.

O contato teve início com as frentes de colonização desde o século XVIII, mas foi apenas nas décadas de 1960 e 1970 do século XX que os missionários salesianos iniciaram atividades mais intensas visando à evangelização e à escolarização dos Hupd'äh. Paralelamente a isso, observa-se a dificuldade crescente na obtenção de alimentos, o aumento na taxa de mortalidade e de doenças e o constante recrutamento e exploração de mão de obra para atividades extrativistas (borracha e cipó) (Athias, 1995; Reid, 1979). Nas últimas décadas, as atividades das equipes de saúde, de indigenistas, e de missionários pentecostais vêm somando-se à ação dos salesianos na região do Alto Rio Negro como um todo.

Dentre os aspectos listados pela FUNAI (p.2, site, 05/03/2015) para a categorização de povos de recente contato, pode-se dizer que os Hupd'äh e Yuhupd'äh podem ser considerados dessa forma principalmente devido aos crescentes fatores de vulnerabilidade que os atingem, destacando-se:



- a) “A ausência de ações diferenciadas e específicas de atenção à saúde e prevenção de doenças infectocontagiosas;
- b) a introdução de sistemas educacionais que não estão embasados em modelos metodológicos diferenciados e específicos, ou seja, que não atendem a uma relação de reconhecimento de outras formas de alteridade”;
- c) a presença de missionários que desenvolvem o proselitismo religioso nas terras indígenas e que os acompanham em suas estadias no meio urbano;
- d) a introdução de dinâmicas de uma economia de mercado e de consumo, sem um processo de escuta aos povos indígenas quanto às expectativas e perspectivas dessas novas relações, e um acompanhamento que busque a valorização de suas próprias formas de organização econômica” (FUNAI, p.2).

Como é observado pelo texto institucional da FUNAI, “a ampliação de políticas assistencialistas e/ou universalizantes voltadas a alguns povos com contato recente produz efeitos colaterais desagregadores” para muitos povos indígenas (FUNAI, 2015, p.2). Assim, pode-se dizer que a própria instituição governamental indigenista manifesta ciências dos impactos negativos de determinadas políticas públicas do estado que visam à ampliação universal de direitos, buscando diferenciar juridicamente essas populações para assegurar seu acesso a direitos indígenas específicos. Sem que fosse realizado nenhum processo de escuta, conforme previsto no documento normativo institucional, e sem que houvesse qualquer articulação das instâncias do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) com a FUNAI, os Hupd’äh e Yuhupd’eh foram incluídos como beneficiários das políticas de distribuição de renda, previdência social e assistência social.

2. Os acampamentos de ocupação urbanos

No período de dezembro a março, centenas de famílias das etnias Hupd’äh e Yuhupd’eh de comunidades situadas na Terra Indígena Alto Rio Negro deslocam-se para São Gabriel da Cachoeira e ficam acampadas nas margens e pedras do Rio Negro, em condições insalubres e suscetíveis à alta vulnerabilidade social. Em sua maioria, os acampamentos concentram-se numa área identificada ora como sendo de propriedade da prefeitura municipal, ora como sendo de propriedade privada do ex-prefeito Jucelino. As



famílias reportaram sofrer, ano após ano, ameaças de expulsão por parte dos “donos” dos territórios ocupados. Buscam ter acesso a benefícios sociais (aposentadoria, bolsa-família e auxílio-maternidade), expedir documentos pessoais e sacar dinheiro para a compra de mercadorias. Professores e agentes indígenas de saúde desses povos vêm à cidade para resolver pendências de seus trabalhos. Devido à péssima atenção à saúde prestada pelo DSEI-RN, como pode ser atestado nas inúmeras denúncias já feitas pelo movimento indígena contra a atuação do órgão, os Hupd’äh e Yuhupd’äh procuram também ter acesso aos equipamentos de saúde do município, como hospitais e postos de saúde.

Grande parte das populações hup e yuhup não domina a língua portuguesa nem os modos de interação nas instituições locais responsáveis pela emissão de documentos e acesso aos benefícios. Os locais de acampamento são marcados pela alta incidência de malária, diarreia, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e uso excessivo de bebidas alcóolicas. O acesso à água de qualidade é prejudicado pela alta concentração de pessoas, que quebra a lógica sanitária tradicional desses povos. Os suicídios, a fome, as doenças e as constantes (semanais) mortes de crianças desnutridas são parte desse cenário, além das situações de violência e roubo de suas embarcações e motores, o que muitas vezes inviabiliza a volta das famílias. Essa situação acaba por estender em muito a estadia na cidade, deixando-os vulneráveis ao endividamento junto aos comerciantes locais.

Para além do endividamento, também são estabelecidas relações trabalhistas ilegais com famílias Hupd’äh e Yuhupd’äh que vão prestar serviços e trabalhar roçados de comerciantes em troca de alimentos industrializados (não raro, com prazo de validade expirado), tendo seus documentos e cartões bancários apreendidos e sofrendo ameaças e violações à sua integridade física. Soma-se a esse cenário a violência sexual contra jovens mulheres Hupd’äh e Yuhupd’äh, além de um número desconhecido de meninas trabalhando como domésticas para famílias residentes na cidade, em condições trabalhistas desconhecidas.

Em 2015, devido à conhecida motivação das famílias pela emissão de documentos e acesso a benefícios sociais, foi realizado um diagnóstico sobre a situação atual de cada pessoa quanto a esse acesso e documentos portados ou em vias de emissão. Como um todo, pode ser levantado um grande



número de famílias que buscavam acessar benefícios como bolsa-família, salário-maternidade e aposentadoria. O interesse em dar entrada na maior parte possível dos documentos de cidadania de cada membro da família faz com que os pais viajem anualmente, no período de recesso escolar, com todos os seus filhos para o município. Assim, há um número elevado de crianças e adolescentes nos acampamentos, algo preocupante em função da dificuldade de obtenção de alimentos no meio urbano e do acesso contínuo a bebidas alcólicas. Há igualmente um número grande de idosos nos acampamentos, devido ao interesse das famílias no acesso ou regularização das aposentadorias. A dificuldade de locomoção no meio urbano, o preconceito racial e a incompreensão do português tornam os senhores e senhoras hup/yuhup altamente vulneráveis.

No mesmo ano de 2015, face a esse difícil contexto, os Hupd'äh e os Yuhupd'eh manifestaram seu interesse no desenvolvimento de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) de suas terras tradicionais e de habitação atual. Como pôde ser percebido nos levantamentos participativos de Problemas e Soluções possíveis, a busca pela segurança nas incursões ao centro urbano e o intuito de fortalecimento da gestão de seus próprios territórios com ações de etnomapeamento, etnozoneamento, controle social em saúde, manejo de recursos faunísticos, frutíferos, pesqueiros e de caça, melhorias no atendimento de saúde e das escolas especiais Hupd'äh foram apontados como formas de enfrentar os problemas atuais, garantir a boa qualidade de vida, conter um processo de migração para o centro urbano, indesejado por essa comunidade, mas que foi vivido recentemente por outros povos indígenas da região. Abaixo, alguns dos pontos elencados pelas lideranças hup como problemas e caminhos possíveis para sua solução. A permanência dessas famílias anualmente no meio urbano mesmo diante de uma situação tão adversa pode ser vista como uma forma de resistência e ocupação política. Segundo Bonilla e Capiberibe (2015),

Dentro desse quadro maior do embate entre economia e política, as lutas indígenas são pelo reconhecimento e garantia de sua vida do modo diverso como se apresenta, os quais dependem fundamentalmente do direito à terra, tema que é o ponto fulcral em torno do qual se mobilizam as tensões voltadas aos índios. (p.294)



TABELA 1. TRECHO DE DOCUMENTO ELABORADO POR LIDERANÇAS HUP DA COMUNIDADE DE TARACUÁ IGARAPÉ (SOCOT E RAMOS - FUNAI, 2015).

PAY – Problemas	NAW NI TĒG – Soluções para melhorar
<p>Cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Documentação difícil de conseguir - Dificuldade com o Português e Tukano - Dificuldade de receber benefícios - Viagem para São Gabriel perigosa (perder documentos, afogamentos) - Dívidas com comerciantes que ficam com cartões bancários - Tirar a própria vida (suicídios) <p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de radiofonia - Sem remédios (AIS) - Mortalidade infantil e de adultos alta - Suicídios - Beber muito na cidade <p>Escola</p> <ul style="list-style-type: none"> - Falta de casa própria - Falta de materiais escolares na língua Hup. 	<p>Cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ter associação dos Hupd'äh de Tat Dëh (Taracué Ig.) e Yuyudëh (Barreira Alta) - Conseguir barco pela associação - Ter barco que venha às comunidades para tirar documentos e benefícios (Barco PAI) - Presidente da associação coordenaria as viagens cuidando das compras (reduzir bebida e mortes) <p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> - Beber na comunidade - Não beber tanto na cidade - Fazer solicitação para ser criado um DSEI dos Hupd'äh - Fortalecer os Benzimentos - Trabalhar junto a saúde dos brancos e a saúde dos Hupd'äh <p>Escola</p> <ul style="list-style-type: none"> - Solicitar casa de madeira com piso de cimento, telhado de zinco e equipada com biblioteca. - Acompanhamento de pesquisadores para produzir materiais na língua Hup.

Ouvindo suas demandas levantadas durante as oficinas dos PGTAs, percebe-se suas claras reivindicações por atendimento diferenciado de saúde, por acesso a educação específica, por acesso a bens e mercadorias. Acrescenta-se ainda a busca pela autogestão, fortalecimento e proteção de seus territórios tradicionais. As ocupações Hup/Yuhup colocam igualmente a questão da inexistência de espaços de acolhimento na cidade que possibilitem a melhor qualidade de vida durante esses períodos de permanência. Os acampamentos do chamado “Beiradão” podem ser, portanto, entendidos como ocupações territoriais e políticas que visam à reivindicação de direitos básicos do cidadão, bem como à efetivação de direitos diferenciados como a saúde indígena, a educação especial e a garantia da Terra Indígena.



3. Uma denúncia pública: práticas abusivas e dolosas dos bancos e do comércio locais

Diante de tal realidade, denúncias dessas situações de violações de direitos foram feitas através de ofícios assinados por lideranças indígenas e assessores técnicos ao Ministério Público Federal (MPF) no que diz respeito à atenção à saúde e às práticas perversas de bancos e do comércio. Nesse tópico, descreve-se brevemente o processo dessa denúncia e algumas medidas tomadas pelo MPF. A veracidade dos fatos pôde ser constatada a partir de arquivos sono-

ros e visuais, cartas escritas pelas vítimas, por extratos bancários e documentos expedidos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e pela FUNAI. Partindo das queixas constantes dos Hupd'äh e Yuhupdëh e do acompanhamento por lideranças desses povos, assessores técnicos e indigenistas nas interações dos correntistas e compradores hup e yuhup com os bancos e comércio local, foi realizado um processo de mobilização e diagnóstico colaborativo e interinstitucional. O levantamento realizado pela FUNAI, FOIRN e Coletivo de Apoio à Causa-Hup/Yuhup para subsidiar a denúncia contra agências bancárias e comerciantes locais apontou que os abusos e práticas dolosas das instituições financeiras e de comércio locais visam a explorar não apenas pessoas dessas etnias, mas também cidadãos indígenas em situação de grande vulnerabilidade social e com crescente risco à sua segurança alimentar e à vida. No que diz respeito ao comércio local, verificou-se a reedição da “escravidão por caderneta”, através da retenção de cartões bancários, incentivos ao consumo de bebidas alcoólicas para contração de dívidas, estabelecimento de juros impagáveis que criam uma relação perversa de dependência e exploração.



Desrespeitando resoluções importantes do Banco Central³, instituições privadas e autarquias federais, como o Bradesco e a Caixa Econômica Federal, lesam os cidadãos indígenas de povos de recente contato. Cientes da pouca fluência na língua portuguesa, da existência de poucas pessoas alfabetizadas, do pouco conhecimento das práticas monetárias e financeiras e da situação de vulnerabilidade social dessas populações, as agências celebram contratos com os correntistas Hupd'äh e Yuhupdëh sem garantir a real compreensão equitativa dos termos mediante práticas especiais e diferenciadas. Sem domínio da língua portuguesa, da leitura e escrita e sem conhecimento sobre o sistema financeiro, os cidadãos indígenas contraem dívidas, aceitando empréstimos consignados, cheques especiais e demais formas de endividamento oferecidas pelas agências bancárias, que não se preocupam nem com o sigilo nem com a real compreensão dos termos de contratos pelos correntistas indígenas.

Em meio às adversidades do meio urbano, muitas famílias veem-se obri-

3. Como, por exemplo a Resolução N°2878, que, em seu artigo 1°, estabelece-se que as instituições financeiras, na contratação de operações e na prestação de serviços a clientes, devem zelar pela “transparência nas relações contratuais, preservando os clientes e o público usuário de práticas não equitativas, mediante prévio e integral conhecimento das cláusulas contratuais, evidenciando-se, inclusive, os dispositivos que imputem responsabilidades e penalidades”(26 de julho de 2001).

gadas a deixar seus cartões bancários com comerciantes locais para obter alimentos e mercadorias. Com os cartões e senhas, os comerciantes retiram a maior parte da entrada de dinheiro para que os Hupd'äh e Yuhupd'äh paguem supostas dívidas e juros. Em muitos casos foram relatadas ameaças à integridade física feitas por tais comerciantes. A retenção dos cartões, os juros e dívidas anotadas em cadernetas e a coerção física vão estabelecendo os contornos de uma forma análoga à escravidão.

Após o encaminhamento, articulações foram feitas com um deputado federal e importantes juristas militantes da causa dos direitos humanos, que realizaram importantes interlocuções com o procurador-geral da República, no sentido de garantir o andamento do processo. No momento, um analista pericial antropólogo do MPF-AM realiza um levantamento para orientar as ações da procuradoria para evitar que as situações degradantes experiências pelos Hupd'äh, Yuhupd'äh e outros povos indígenas continuem a ocorrer, bem como a indicar reestruturações no modelo de distribuição de benefícios sociais.

4. Ações de apoio

Em 2014, diante da difícil situação dos acampamentos, foi realizada uma ação conjunta através da qual a FUNAI-RN, a FOIRN e o DSEI-RN somaram esforços para mapear e tentar resolver os problemas de documentação desses indígenas e dar entrada nos benefícios sociais, possibilitando o retorno o mais rápido possível para suas comunidades. Uma equipe da FOIRN atuou junto ao DSEI, nas ações de mapeamento nominal nos acampamentos, além de fornecer os espaço e apoio na sede da Federação. O censo realizado mostrou que havia 325 pessoas acampadas, sendo 67 famílias. A maioria das famílias tinha pendências de documentação, não podendo dar entrada nos benefícios sociais. Quase todos estavam sem o combustível para retornar para a comunidade e os que possuíam algum tipo de renda estavam endividados no comércio local. Cerca de 17% da população atendida pela equipe de saúde tinha menos de 5 anos de idade, havendo predomínio de crianças e adultos jovens nos acampamentos, o que pode ser visto como um índice de intensificação da vulnerabilidade social das famílias acampadas. A tabela II permite visualizar o tipo de benefício buscado por família.



TABELA II - QUANTITATIVO : TIPO DE BENEFÍCIO SOCIAL BUSCADO (2014)

BENEFICIO	QUANTIDADE (famílias)
BOLSA-FAMÍLIA	34
AUXÍLIO-MATERNIDADE	31
APOSENTADORIA	18
AUXÍLIO-DOENÇA	1
BPC	1
FGTS	6
CONTRATO DE PROFESSOR	6

Em 2015, dando continuidade ao trabalho do ano anterior, foram postas em práticas as ações de apoio às famílias Hupd'äh e Yuhupdêh acampadas, graças à parceria entre o Coletivo de Apoio à Causa Hup-Yuhup, a FUNAI-RN, a FOIRN e o DSEI-RN. Entretanto, os poucos recursos disponibilizados pelas instituições para o apoio às famílias limitou consideravelmente a possibilidade de reversão dos problemas que vêm sendo vivenciados. Durante a primeira semana de atividades da equipe, foi realizado um censo populacional para que se pudesse entender qual o número de acampamentos existentes e quantas pessoas e famílias encontravam-se nessas condições. Ao todo, foram contabilizadas 448 pessoas, 73 famílias Hupd'äh e Yuhupdêh distribuídas em 14 acampamentos. Pôde ser levantado um grande número de famílias que buscavam acessar benefícios como bolsa-família, salário-maternidade e aposentadoria. Foram também levantados casos em que parcelas de benefícios foram subtraídas das contas bancárias de pessoas hup e yuhup antes mesmo que os beneficiários sacassem o dinheiro.

**TABELA III - QUANTITATIVO: TIPO DE BENEFÍCIO SOCIAL BUSCADO (2015)**

BENEFICIO	QUANTIDADE
BOLSA-FAMÍLIA	45
AUXÍLIO-MATERNIDADE	58
APOSENTADORIA	15
AUXÍLIO-DOENÇA	2
PENSÃO	3
FGTS	3
CONTRATO DE PROFESSOR	5

Para reverter o quadro grave de vulnerabilidade que atinge os Hupd'äh

e Yuhupdêh durante os períodos de acampamento urbano, avaliou-se como sendo fundamental a consolidação da atuação do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Direitos Humanos. A atuação desse GT-DH deverá conduzir à elaboração e implementação de um plano de ação estratégico para o entendimento e monitoramento dos movimentos migratórios das comunidades em direção à cidade, articuladas ao apoio contínuo às famílias acampadas. Além da necessidade de consolidação do GT-DH, procurou-se levantar os principais desafios a nível local e nacional que precisam ser superados para que seja possível combater essas violências que acometem os Hupd'äh e Yuhupdêh.

TABELA IV. LEVANTAMENTO DE DESAFIOS LOCAIS NACIONAIS

Desafios a nível local	Desafios no nível nacional
<ul style="list-style-type: none"> - Que as ações de mapeamento das demandas sociais relacionadas à emissão de documentos e concessão de benefícios sejam mantidas de forma regular, acompanhando o fluxo de migração sazonal dos indígenas para os acampamentos no entorno da cidade. Compreendemos que estas ações devam ser conduzidas pela FUNAI nos acampamentos; - Que a FUNAI e o CRAS disponibilizem funcionários indígenas para trabalharem como interpretes e tradutores no acompanhamento dos processos de retirada de documentos e de entrada de benefícios sociais; - Que sejam realizadas a gestão, obras de melhoria e manutenção dos barracões da prefeitura e que, de acordo com as demandas das lideranças Hupd'äh e Yuhupdêh, sejam construídos espaços adequados à sua permanência na cidade e/ou que seja cedidas áreas de públicas às margens do Rio Negro apropriadas à instalação dos acampamentos e que garantam recursos alimentares, água potável e condições básicas de saneamento. - Que seja implementado um planejamento de apoio ao fluxo de retirada de documentos por pessoas indígenas aldeadas especialmente as etnias Hupd'äh e Yuhupdêh. - Iniciar parcerias com a Secretaria Nacional de Economia Solidária e com organizações como Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, Cooperativas de Crédito, ONGs que trabalhem com ações voltadas à promoção de iniciativas de Economia Solidária junto a comunidades. 	<p>Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir o aumento de Declarações de Nascido Vivo para o atendimento às pessoas Hupd'äh e Yuhupdêh durante o período de realização da ação de apoio às famílias acampadas. Tal medida torna-se necessária uma vez que os Registros de Certidão de Nascimento (RCN) dos indígenas dessas etnias nascidos em suas comunidades são de responsabilidade do DSEI-RN. - Garantir, junto ao Governo do Estado do Amazonas, a aquisição de uma máquina fotográfica para que os Hupd'äh e Yuhupdêh possam ter suas fotos necessárias aos documentos de cidadania feitas de modo facilitado e gratuito. - Garantir, junto ao Governo do Estado do Amazonas, o provimento de um maior número de cédulas de identidade para que a expedição dos documentos não seja interrompida pela falta do papel e matérias primas oficiais. - Garantir, junto ao cartório municipal, o atendimento prioritário às pessoas Hupd'äh e Yuhupdêh, destacando funcionários inclusive para estarem disponíveis em horários alternativos ao do expediente normal da instituição. <p>Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir que a equipe da SESAI – DSEI-RN participe das ações de apoio às famílias Hupd'äh e Yuhupdêh no que tange à emissão de Declarações de Nascido Vivo e Declarações de Vacina para a Certidões Tardias e para a Declaração de Óbitos. - Manter o trabalho de uma equipe multidisciplinar de saúde indígena destacada para o atendimento exclusivo das famílias Hupd'äh e Yuhupdêh acampadas durante o período de novembro/15 a março/16 . <p>Ministério do Desenvolvimento Social – MDS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir que, durante o período da ação, o CAD-Único seja feito em regime prioritário para as pessoas Hupd'äh e Yuhupdêh que não o possuem. Tal medida torna-se crucial na medida em que este cadastro gera automaticamente um número de CPF e já direciona o cadastro para o programa Bolsa Família e outros. <p>Receita Federal</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir o atendimento prioritário e interculturalmente adequado às pessoas Hupd'äh e Yuhupdêh. Faz-se fundamental que os funcionários tenham uma postura adequada, - Garantir o desbloqueio e impressão dos CPF e a participação da sua equipe nas oficinas socioeducativas que serão realizadas. - Garantir o atendimento prioritário às pessoas Hupd'äh e Yuhupdêh, destacando funcionários inclusive para estarem disponíveis em horários alternativos ao do expediente normal da instituição. - Solicitar tradutores sempre que o beneficiário Hupd'äh e Yuhupdêh manifestar incompreensão quanto ao entendimento dos procedimentos e documentos necessários para determinadas ações. - Reportar à FUNAI, à Defensoria Pública e/ou à Polícia Federal qualquer situação de exploração, roubo, ou má fé realizada por agências bancárias quanto aos recursos de beneficiários Hupd'äh e Yuhupdêh. <p>FUNAI</p> <ul style="list-style-type: none"> - Garantir articulações para a realização da ação de apoio às famílias Hupd'äh e Yuhupdêh junto à SESAI, ao MDS, à Secretaria de Direitos Humanos e à Receita Federal. - Viabilizar recursos financeiros para a contratação temporária de pessoas que falem as línguas Hup e Yuhup para o acolhimento durante a ação de apoio às famílias acampadas.



A análise da tabela de “desafios”, na página anterior, permite perceber a profunda desarticulação dos atores governamentais nos diferentes níveis visando à implementação das políticas públicas. Segundo Cardoso (2015),

A desarticulação das três esferas de governo, municipal, estadual e federal, implica em políticas sociais que reforçam a condição de excluídos e dependentes socialmente, historicamente construída pelo Estado e pela sociedade, que coloca os indígenas como incapazes de prover sua própria subsistência e desenvolver sua autonomia. A participação, de fato, dos indígenas como protagonistas da sua própria história nos processos de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas sociais não ocorre ao negar-se o direito a auto representação. (p.13)

Tal desarticulação torna-se um dos fatores que levam o Estado, ao implementar políticas públicas universalistas no contexto indígena, a dificultar o acesso aos direitos sociais, políticos e humanos e, de modo mais grave, a expor centenas de cidadãos a práticas violentas, dolosas e discriminatórias. Entende-se que o acompanhamento das famílias Hupd’äh e Yuhupdêh acampadas, além de mediar e possibilitar que certo número de pessoas tenham acesso a documentos e benefícios sociais, é fundamental para o entendimento, mediação e resolução de problemas de saúde (desnutrição, suicídio, consumo abusivo de bebidas alcoólicas), violência, roubos, escravidão por dívida (cadernetas e cartões de comerciantes) vividos durante esses períodos de ocupação de parcelas do território urbano. Nesse sentido, entende-se ser fundamental que recursos sejam alocados pela FUNAI para que, através dessas ações emergenciais de apoio às famílias Hupd’äh e Yuhupdêh acampadas, seja possível iniciar um processo de reversão desse cenário dramático no qual essas populações vêm sido inseridas.



Considerações finais

Os povos Hupd’äh e Yuhupdêh estão sendo incluídos pelo Estado de modo desarticulado e contraditório como consumidores nas economias locais. Vêm buscando também cada vez mais o acesso a documentos básicos do cidadão como Certidões de Nascimento, Registros Gerais, CPF, Cartões de Vacinação, dentre outros. Somada à desarticulação dos diferentes níveis e instituições governamentais, encontra-se a inobservância de procedimentos de “escuta”, processos de consulta que permitam que lideranças indíge-

nas e suas instâncias representativas sejam ouvidas e efetivamente tomadas como sujeitos nesse processo de implementação de políticas públicas. De acordo com Martins (2014):

[...] é evidente, na ausência expressa e direta das instituições do Estado, o domínio do poder pessoal e a ação de forças repressivas do privado se sobrepondo ao que é público e ao poder público, até mesmo pela sujeição dos agentes da lei aos ditames dos potentados locais. Portanto, um comprometimento radical de qualquer possibilidade de democracia, direito, liberdade e ordem. Não só a lugar privilegiado da violência privada, mas é também, em decorrência, o lugar privilegiado de regeneração até mesmo de relações escravistas de trabalho. [...] (MARTINS, 2014, p. 33).

A inexistência de uma implementação específica dessas políticas que leve em conta suas diferentes realidades, seus direitos como cidadãos indígenas, suas instâncias de representação política e o controle social vêm gerando graves violações de direitos sociais específicos e humanos. De modo complexo, verifica-se que tal inclusão representa simultaneamente a exclusão do direito à terra, já que começa a ocorrer a intensificação do êxodo populacional das Terras Indígenas, a reedição de práticas análogas à escravidão combinadas a abusos do sistema financeiro e do comércio local. Somam-se a isso as dificuldades no acesso à justiça em situações em que esses cidadãos são vítimas de roubo, extorsão e ameaças de morte. Nesse sentido, o fomento a grupos de trabalho interinstitucionais que promovam a discussão sobre as dimensões complementares, contraditórias e/ou conflitantes envolvidas na efetivação desses dois universos de direitos, sociais e indígenas, e sobre as práticas de instituições como a FUNAI, MPF, MDS nesse contexto, parece ser algo urgente.



Referências bibliográficas

- ATHIAS, Renato. “Os Hupd’äh”. In: RAMIREZ, Henri. *A língua dos Hupd’äh do Alto Rio Negro*. São Paulo: Saúde Sem Limites, 2006.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). Legislação e Normas. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- BONILLA, Oiara e CAPIBERIBE, Artionka. *A ocupação do congresso: Contra o que lutam os índios?* São Paulo. Estudos Avançados, 29 (83), 2015.

- CARDOSO, Cynthia F. *Programas e benefícios sociais: desafios aos povos indígenas*. IV Encontro Nacional de Antropologia e Direito. São Paulo, 2015. (No Prelo)
- EPPS, Patience. *A grammar of Hup*. 2005. 799 fls. Dissertation (Ph.D). Graduate Faculty of the University of Virginia. Virginia.
- FUNAI. *Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato*, Disponível em: < <http://www.funai.gov.br/> > Acesso em: 11.09.2015.
- MARTINS, José de Souza. *Frenteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- POZZOBON, Jorge. *Langue, société et numération chez les Indiens Maku (haut Rio Negro, Brésil)*. Journal de la Société des Américanistes, Paris : Société des Américanistes, n. 83. 1997. p. 159-72.
- REID, Howard. 1979. *Some aspects of movement, growth and change among the Hupdu Maku Indians of Brazil*. 402 fls. Dissertation (PhD). Faculty of Archaeology and Anthropology, University of Cambridge, Cambridge.
- SOCOT, Américo e RAMOS, Danilo. *Relatório Parcial: Oficinas de Gestão Territorial e Ambiental entre os Hupdãh (Tiquié) – Etapa I : Mobilização e Sensibilização*. São Gabriel da Cachoeira, FUNAI, 2015.

